

# A MITOLOGIA CIENTÍFICA DO COMUNISMO



LUCIAN  
BOIA





# A MITOLOGIA CIENTÍFICA DO COMUNISMO



**LUCIAN BOIA**

**A MITOLOGIA  
CIENTÍFICA DO  
COMUNISMO**

*Nova edição revista e ampliada*

*Tradução: Bruna Torlay*



## **SUMÁRIO**

O ESTUDO DE QUE PRECISÁVAMOS .....	7
INTRODUÇÃO.....	11
PRELIMINARES: A GLORIOSA MARCHA DA RAZÃO ..	14
OS PAIS FUNDADORES .....	51
A REINVENÇÃO DA HISTÓRIA .....	93
A NOVA SOCIEDADE.....	121
O NOVO HOMEM .....	134
A LUTA CONTRA A NATUREZA .....	168
EM BUSCA DE PARADIGMAS DIFERENTES .....	198
EPÍLOGO.....	215
BIBLIOGRAFIA .....	219

# O ESTUDO DE QUE PRECISÁVAMOS

**COMO DIZIA O FILÓSOFO** Olavo de Carvalho, o comunismo não é mera ideologia, *mas uma cultura*. Afirmação certa, porém difícil de compreender, pelo menos até que se leia o brilhante estudo do historiador romeno Lucien Boia, ora publicado pela Faro Editorial e o qual me encarrego de apresentar ao leitor.

O comunismo tem feições de ciência, sendo, na prática, uma mitologia. Compõe-se de um conjunto de tópicos, lugares-comuns, com função de iluminar qualquer acontecimento concreto, garantindo-lhes significado indubitável e coerente com um sistema geral de interpretação da realidade. Mitológico por excelência, o comunismo empresta, formalmente, os traços da ciência, constituindo-se de artigos de fé a partir dos quais o mundo deve ser entendido.

Para provar sua tese, o historiador primeiramente aponta as raízes espirituais dos artigos de fé comunistas, relacionando-os então com a doutrina particular de cada um de seus pais fundadores. Em seguida, demonstra como esses artigos de fé determinaram a implementação do comunismo ao longo do século xx, da edificação concreta da União Soviética à sua engenharia social marcante, sem omitir as metamorfoses às quais o quadro mitológico esteve sujeito. Ao final do estudo, reitera porque o comunismo só pode ser entendido da perspectiva mitológica, e de que forma a criatura híbrida, resultante do enxerto dessa mitologia científica nas sociedades concretas submetidas ao

experimento, produziu alterações permanentes nos seres humanos afetados por ela.

O estudo encanta pela prosa irônica e refinada; impressiona pela quantidade e qualidade das fontes exauridas; cativa a inteligência pela verdade que busca reestabelecer, sobretudo, em favor da sanidade das almas que, imbuídas do duplipensar obrigatório na cultura comunista, desaprenderam a ver a realidade e precisam reaprender a fazê-lo agora.

Por isso mesmo é o estudo de que precisávamos.

Todos nós fomos profundamente afetados pela mitologia científica do comunismo ao longo da vida, considerando o impacto da doutrina nos meios intelectuais e políticos brasileiros, com desdobramentos em todos os setores perpassados por políticas públicas no território nacional. A cada capítulo, temos a chance de encontrar a origem de equívocos incomodamente enxertados em nossas categorias de pensamento, a ponto de determinar nosso vocabulário, comportamento e anos, quando não décadas, de decisões mal tomadas.

Se você passou pelo sistema escolar brasileiro, é impossível não ter tido a alma afetada pela mitologia científica do comunismo. A título de exemplo, quem não traz na memória a icônica expressão marxista “revoluções burguesas”, que agrega na mesma lógica fatos tão díspares como a guerra dos camponeses, na Alemanha do século XVI, a guerra civil inglesa do século XVII, a revolução de independência dos EUA e a grande revolução francesa do século XVIII? No capítulo sobre a reinvenção da História, Lucien Boia aponta o nexos entre esses grandes enquadramentos e a filosofia da História marxista, e de que forma a historiografia soviética, por um lado, e marxista, por outro, criaram categorias de leitura da história dependentes dos dogmas centrais da doutrina. Ao submeter a complexa história do mundo a artigos de fé, reinventam a história – uma história que não corresponde aos fatos, mas à mitologia a partir da qual são recontados.

Mais: quem não se recorda de notícias fantásticas sobre o avanço tecnológico soberbo da URSS nos anos 60? No caderno principal do *Jornal do Brasil* de primeiro de janeiro de 1958, por exemplo, se noticiava o andamento dos “Projetos russos para construir o *graviplano*”, um avião soviético que não estaria sujeito à ação da gravidade. Também aquela enxurrada de propaganda soviética, minuciosamente recapitulada no presente estudo, visava promover o artigo de fé primordial da mitologia científica do comunismo: *a superioridade do socialismo sobre o capitalismo*. Entre os anos 50 e 60, em plena guerra fria, esse tópico da mitologia era veiculado por meio de notícias sobre as façanhas tecnológicas da URSS. Que importa se o conteúdo era fantasioso ou absurdo? O que estava em jogo era a mitologia, não a realidade. O alto investimento em propaganda por parte do regime soviético, assim como a adesão voluntária de inúmeros jornalistas que sonhavam com as maravilhas do mundo comunista, encontravam-se no coração da doutrina: seus mitos.

Não vamos pensar em “mitos” apenas na conotação negativa, significando “ideias falsas”, mas também na positiva, significando “imagens norteadoras do sentido da vida”. A mitologia científica do comunismo se define pelo conjunto de símbolos a partir dos quais a realidade é entendida e explicada. Se são verdadeiros ou falsos, é outra história. Sobre isso, é preciso perguntar à realidade. Mas não é isso que faz uma mitologia, certo? Tendo a resposta sobre tudo de antemão, ela não observa a realidade; mas confere-lhe significados conforme razões prévias. Os autores de mitologias são, portanto, como deuses, pois carregam na mente a lógica do mundo que está por vir e, finalmente, revelar-se aos homens de boa-fé.

O coração dessa cultura pulsa embalado por um plasma específico: o futuro. A expectativa por um futuro radiante onde todas as promessas serão cumpridas. Nesse sentido, Lucien Boia esclarece, desde o início, que a essência dessa mitologia é *milénarista*. O comunismo, portanto, é um *milénarismo*, porém, caracterizado pelos motivos

pertencentes ao projeto moderno: remodelagem do universo (incluindo o ser humano), luta contra a natureza, ambição por autonomia (que acaba em voluntarismo) e edificação da sociedade perfeita, garantia da felicidade eterna sobre a terra e neste mundo. Essa, aliás, foi a razão de ser de seu sucesso entre tantos intelectuais modernos: desprovidos de horizonte espiritual com a secularização da cultura, encontraram na utopia a via de transcendência possível para descobrir o sentido mesmo da vida – tanto a sua como a da humanidade.

Se a falsificação da história, assim como do sentido da vida, passou despercebida a inúmeras almas, não passou por um romeno nascido em 1944, obrigado a viver, portanto, sob a ditadura socialista de Cececo (1974-1989) dos 30 aos 45 anos, e profundamente interessado na história dos imaginários. Professor na Universidade de Bucareste e cavaleiro da ordem do mérito da Alemanha (2018) e Hungria (2020), celebrizou-se por seu combate aberto à pseudo-história, que encontra na literatura comunista, como a obra presente evidencia, fato material disponível. Publicado em francês em 2002, o estudo se vale de inúmeras investigações anteriores (registradas em vasta bibliografia) para nos oferecer uma verdadeira síntese da cultura comunista, cuja lógica extrapola as imagens contempladas neste recorte historiográfico, prevenindo-nos quanto a novas metamorfoses possíveis.

Olavo de Carvalho estudou a fundo a cultura comunista e explicava com maestria sua relação com a esquerda brasileira. Mas faltava ao público brasileiro uma obra de referência que lhe permitisse entender corretamente a mensagem, e verificar nas metamorfoses presentes a lógica permanente do comunismo, presente na versão clássica, em todas as suas variações. A obra que o leitor tem em mãos cumpre com maestria esse propósito. Ademais, é expressão literária de um escritor consumado, cuja sintonia com a verdade se alia maravilhosamente bem com a graça do estilo e a legitimidade da investigação.

*A tradutora*



# INTRODUÇÃO

**O SISTEMA COMUNISTA** colapsou como um castelo de cartas. Resultado catastrófico com motivos evidentes: a opressão, o arbitrário, a ineficácia não poderiam se prolongar indefinidamente.

Mas o verdadeiro problema reside menos no colapso do comunismo que em sua própria existência: sua cristalização, seu estabelecimento, sua capacidade extraordinária de materializar a utopia, sua sobrevivência através de gerações, sua força de convicção, sua expansão... Cegueira coletiva? Aberração histórica? A História não é lógica nem aberrante. Ela simplesmente *é*. E é preciso tentar compreendê-la.

O sucesso da mitologia comunista, relativo, mas incontestável — e até mesmo incrível, se o remetermos a seu precário suporte material —, só pode ser compreendido em *longo prazo* e, em primeiro lugar, na perspectiva do *imaginário*.

Trata-se de uma mitologia programada há muito tempo, inscrita menos na dialética das contradições de ordem econômica e social, como acreditava Marx, e mais profundamente num arquétipo fundamental do imaginário, numa estrutura mental durável que o fluxo do tempo jamais erodiu. Ela se manifesta pela recusa da História, da História tal como é, com suas turbulências e injustiças. A idade de ouro, o paraíso terrestre, o reino de mil anos, são igualmente variantes dessa recusa, que exprime a nostalgia, o desejo jamais alcançado, jamais satisfeito, de um outro mundo, de uma era definitiva de liberdade e de

harmonia. O sonho milenarista, com seus episódios revolucionários do final da Idade Média e do início da modernidade, prefigura manifestamente os grandes traços da ideologia comunista.

Numa fase posterior, essa tendência essencial do espírito sofre uma metamorfose científica e filosófica. Deus foi substituído pela ideia de progresso e pelas leis da História, que se beneficiaram também do arsenal bem provido das ciências e das tecnologias. Tudo concorria à invenção de uma história diferente, de um mundo diferente, de um ser humano diferente. Os tempos estavam maduros para a emergência da *mitologia comunista científica*.

O comunismo de fato foi um ponto culminante da evolução humana, mas apenas no registro do *imaginário*, cujo excedente em determinado momento escorreu e se apossou de uma parte do mundo.

A atração exercida pela ideologia comunista se explica precisamente por sua forte inserção num imaginário advindo das profundezas. Todos os fantasmas da mitologia milenarista tradicional e da religião científica moderna se fundiram numa síntese explosiva que oferece à humanidade aquilo que a humanidade esperava: a transformação radical do mundo e da condição humana.

Decodificar a “pré-história” do comunismo é então uma operação necessária para compreender a gênese de uma mitologia e a amplitude de seu impacto. Deve-se identificar um enxame de tentativas que proclamam a refundação da História ou sua contenção, a fim de canalizá-la à direção correta, inumeráveis projetos destinados a recriar o homem e a sociedade. Apesar de sua variedade ideológica, essas tendências prepararam o terreno e o clima em que a mitologia comunista deveria se instalar.

Essa mitologia, podemos delineá-la em suas grandes linhas, realçando as suas figuras mais nítidas e mais atuantes, às expensas, talvez, de certas nuances e refinamentos que certamente se pode encontrar na obra de Marx e dos diversos pensadores marxistas mais

recentes. Nosso procedimento visou reconstituir uma espécie de “vulgata” partilhada pela maioria dos crentes. É isso o que justifica também a insistência sobre a época compreendida entre os anos 1930 e 1960, fase gloriosa e otimista (pelo menos em nível mitológico!), ponto alto da grande ilusão.

Sobre um plano mais geral, é a onipresença e a potência do imaginário que se destacam. Já não seria possível subestimar o peso das determinações míticas no que diz respeito ao homem e à aventura humana. Seria a História algo além de um confronto interminável entre os sonhos da humanidade e as inércias da matéria? Nessa perspectiva, o fenômeno comunista representa apenas um tópico particular — particularmente dramático, é verdade — de uma mitologia histórica global, de uma história concebida enquanto materialização dos mitos.

# PRELIMINARES: A GLORIOSA MARCHA DA RAZÃO

## SAIR DA HISTÓRIA

---

A humanidade não se acostuma a sua condição e História. Ela sempre sonhou com um mundo diferente.

Esse mundo existiu, mas nós o perdemos há muito tempo. O *paraíso terrestre*, segundo a Bíblia, *a idade de ouro*, segundo a mitologia greco-romana, inscrevem-se num tempo primordial, o tempo que existiu antes da História. Encontra-se por toda parte a nostalgia da pureza das origens, com a conclusão subsequente de que, a partir de um certo momento, os habitantes da Terra tomaram a direção errada. A propriedade privada, o egoísmo, a inveja, a opressão, a guerra se tornaram o quinhão dos homens, em contraste com a harmonia e a fraternidade originárias.

É evidente que foi culpa da História. O que fazer para reparar o erro? Como voltar atrás? A concepção cíclica da História — impressa na mentalidade dos antigos, mas que se manifesta com intensidade maior ou menor até a nossa época — pertencia ao esquema em que o passado sempre poderia voltar. O mito do eterno retorno provia, de fato, a certeza dos recomeços periódicos. Seria o futuro o caminho mais curto de volta ao passado?

Mas parecia mais prudente viajar pelo espaço que pelo tempo, e aproveitar terras estrangeiras para povoá-las de sociedades distintas.



A geografia imaginária da Antiguidade e da Idade Média explorou a fundo a hipótese da “pluralidade dos mundos”, com desdobramentos identificáveis em plena idade moderna. O paraíso terrestre, situado nos confins do Extremo Oriente; países muito cristãos como o reino do padre João (na Ásia, na África?); o mundo miraculoso do oceano Índico, onde uma vida primitiva florescia na harmonia perfeita entre homem e natureza, onde todas as fantasias poderiam se concretizar. E ainda as terras fabulosamente ricas, cobertas de ouro, tal como o imaginário Eldorado, assim como a tão real China, substancialmente enriquecida pelas necessidades da causa. A China e suas riquezas obstinadamente procuradas por Colombo, assaz constrangido pela descoberta de uma América *inútil*. A lista de países participantes de uma *outra* história seria interminável, correspondendo às necessidades e aos sonhos de cada um: da santidade à degeneração sexual, de uma vida quase animal às finuras das sociedades prósperas.

Para as pessoas inteligentes, outra possibilidade se abria: simplesmente fabricar utopias pelo jogo conceitual. A *República* de Platão e a *Utopia* de Thomas More são os modelos invocados com mais frequência dessa conduta intelectual. Uma maneira particular de sair da História e entrar num mundo onde todos os dados históricos eram modificados, onde todos os componentes funcionavam às maravilhas, reunidos num mecanismo sem falha... com o único inconveniente de tal perfeição era o de estar fora do mundo real, circunscrito à abstração do espírito.

A idade de ouro: longe, no passado, separada por um abismo de tempo. Países e civilizações distintas: longínquos no espaço. As utopias: em parte alguma. Para modificar o curso da História, era preciso buscar uma quarta via.

Essa foi a via aberta pelos milenarismos, movimentos socioreligiosos animados pela esperança de um novo mundo, de um mundo perfeito, prometido à humanidade num futuro mais ou menos próximo. Nesse caso, não se tratava mais de nostalgias insaciáveis ou

utopias inacessíveis, mas de uma etapa obrigatória e ao mesmo tempo final, quase definitiva, da História. Ademais, era garantia suplementar de uma etapa situada sob o signo da providência, pois o estabelecimento de um novo mundo deveria ser obra de um Messias ou um Salvador, que instauraria o reino messiânico, cuja duração estimada em mil anos (o Milenium) pelos judeus, depois pelos cristãos — o que de fato significava um vasto lapso de tempo —, justifica a denominação genérica “milenarismo”. Depois, sobreviria o fim absoluto da experiência humana (o juízo final, segundo a Bíblia).

As variantes milenaristas estão muito dispersas pelo mundo, mas o núcleo sólido da doutrina está na ideologia religiosa judaica. O Apocalipse atribuído a São João só amplificou e dramatizou em excesso os dados iniciais. A crise do final da Antiguidade, combinada à expansão da religião cristã, oferece ao milenarismo um clima muito propício à sua difusão. Uma vez que o mundo antigo, o mundo pagão, desabava, o reino messiânico parecia bem iminente. Contudo, ele deu origem a outra síntese, a da sociedade medieval, impregnada de certos valores religiosos, mas muito distante, entretanto, da perfeição sonhada. O fim da Idade Média e difícil parto da Idade Moderna reacenderam, como outrora por volta do final da Antiguidade, e numa escala ainda maior, os projetos milenaristas. É evidente que os períodos de crises sociais agudas, de desequilíbrios e reestruturações profundas, privilegiavam amplamente os impulsos de feitiço messiânico. A idade de ouro do milenarismo europeu se situa no período compreendido entre os séculos XIV e XVII. Para todos os desterrados — primeiras vítimas da modernidade —, para todos os descontentes (e suas fileiras eram bem numerosas), a proximidade do reino milenar, tido por certo, representava a única tábua de salvação no horizonte.

Observemos também a contradição insolúvel das ideologias milenaristas encontrada no comunismo. Por um lado, suas pulsões anárquicas: libertação do indivíduo, igualdade absoluta, abolição das instituições

constituídas, das estruturas opressivas em geral; por outro lado, o ideal comunitário, quer dizer “totalitário”, de unidade e coesão.

Essa ampla corrente de pensamento e de ação não para, evidentemente, no limiar do ano 1700. Através das luzes do século XVIII, através do cientificismo glorioso do século XIX, através dos confrontos ideológicos do século XX, o componente puramente religioso do movimento milenarista prevaleceu e até mesmo se expandiu, alcançando seus picos de afirmação. Nós o deixamos por aqui, pois nosso propósito é seguir as metamorfoses de um outro milenarismo, de um milenarismo da condição religiosa inicial e que, sob vestes laicas e que se exprime através de um linguajar racionalista e de aura científica, mas sem renunciar à missão histórica essencial (criação de um novo mundo), marcou profundamente a História dos últimos séculos e, para ser mais exato, os últimos cem anos.

## **AFLORAMENTO DA RAZÃO**

---

Um fenômeno cultural muito importante ocorre no Ocidente do século XVII: a cultura das elites, a cultura erudita começa a se diferenciar da cultura “popular”. Enquanto até então havia um rico fundo comum de múltiplas conexões e intercâmbios, instalam-se a incomunicabilidade e o desprezo. A ciência se mobiliza contra a superstição, o método correto de raciocínio, contra as ideias recebidas. Os eruditos do século XVI (Jean Bodin, por exemplo), sem falar dos poderosos da época, apreciavam os conselhos dos astrólogos e não hesitavam em participar da caça às bruxas. Cem anos mais tarde, essas atitudes haviam caído em desuso. Descartes passara por ali. As pessoas cultas haviam aprendido a pensar. O último tratado de astrologia publicado na França foi de 1661. A era de Nostradamus estava encerrada (aguardando seu retorno por volta do final do século XX!).

Essa evolução culmina no racionalismo do Século das Luzes, o ponto mais alto alcançado pela razão soberana. O momento em que se decidiu que o universo, a História, a sociedade, o homem só poderiam ser conhecidos e explicados segundo uma metodologia estritamente racional. As trevas e os fantasmas se dissipavam. O mundo surgia como um mecanismo cujas peças e respectivo funcionamento obedeciam a leis simples e implacáveis. Leis prontas para serem decifradas pela razão e utilizadas em prol da humanidade.

Decerto uma revolução no pensamento. Mas olhemos além das aparências para constatar que um novo projeto mitológico está se formando sob o verniz da razão, que transpunha em termos diversos uma boa parte da mudança que o imaginário trazia consigo fazia tempo. Costuma-se crer que a razão tenha travado uma guerra impiedosa contra tudo o que não fosse razão. Nesse caso, as aparências enganam; não há aniquilação, mas reciclagem. A razão apenas reciclou e dispôs conforme as regras da geometria (rigorosa, cartesiana) todas as fantasias essenciais da humanidade. O imaginário, incluindo suas manifestações mais desmedidas, encontraria na razão seu melhor álibi, seu lastro de respeitabilidade.

Oferecer uma explicação completa do mundo e ao mesmo tempo reformá-lo a seu gosto — eis os dois traços fundamentais da nova mitologia racionalista.

### **UMA NOVA TIRANIA: AS LEIS CIENTÍFICAS**

---

Objetivo número um: *a explicação do mundo*. Explicação global e definitiva do universo de acordo com uma fórmula miraculosa e universal. Ao falar das ilusões da física do século XVIII, Ernst Mach forjou o belo sintagma da “mitologia mecânica”. O objetivo supremo dos enciclopedistas era “a explicação físico-mecânica de toda a natureza”.



Laplace chegaria ao ponto de imaginar “um gênio que pudesse apontar o estado do universo em qualquer instante do futuro”. Bastava achar a fórmula perfeita para que a disposição presente e as evoluções posteriores da matéria fossem rigorosamente determinadas. Os detalhes se interligavam num sistema que não admitia a menor falha, construído sobre o princípio segundo o qual nada ocorria por acaso.

Não havia apenas a natureza inerte submetida a leis inexoráveis, mas também o homem e sua história. “A natureza age por leis simples, uniformes e invariáveis. Todos os erros dos homens são erros de física.”\* “Seria engraçado que uma parte deste mundo fosse ordenada, e a outra não; que uma parte do que ocorre devesse forçosamente ocorrer, e outra parte, não. Quando olhamos de perto, vemos que a doutrina oposta àquela do destino é absurda.”\*\* Leis imutáveis, um determinismo rigoroso, necessidades por toda parte, eis pois a História. A caça às “leis da História” estava prestes a começar.

Estamos bem diante de uma mitologia. É sua falta de modéstia e de medida que a trai. Apenas as mitologias e as religiões oferecem respostas simples, globais e intransponíveis à miríade de interrogações que atormentam o espírito humano. Enquanto a ciência investiga em um processo sem freio e sem fim, a mitologia já tem a resposta.

Uma nova tirania, a das *leis científicas*, começava a definir suas estratégias. Uma tirania potencialmente mais perigosa que as tiranias tradicionais, que dependiam apenas do poder dos homens. A ação política se casava com a ciência. É possível tratar as leis dos homens sem grande consideração; mas quem teria a audácia de transgredir uma lei científica?

Os segredos do universo e da natureza humana assegurariam a seus detentores um poder ilimitado. Fortalecida com esse suporte, a

---

\* Holbach. *Système de la nature*, 1770.

\*\* Voltaire. *Dicionário filosófico*, artigo “Destino”.

humanidade poderia passar ao segundo objetivo, o mais importante, que era a reorganização, isto é, a *transformação do mundo*. O mundo será reconstruído segundo as regras da razão. Ele se tornará mais lógico e mais funcional. Contemplem os jardins franceses da época: sua geometria resume o projeto global de uma reorganização cartesiana do mundo. Um espaço perfeitamente ordenado em todos os níveis: jardins, hábitat, urbanismo, recorte do território... ou disposição dos planetas e da vida no universo. O *tempo*, por sua vez, foi posto sob controle: o futuro deveria se inscrever no sulco de uma história ideal, mais conforme à razão que o movimento caótico que usurpara o lugar e o homem da *História*.

## **O APELO AOS SELVAGENS**

---

Os racionalistas — incluindo os historiadores — tinham um amor medíocre pela História. Melhor dizendo, eles não amavam a História que se passou, preferiam a história que poderia ter sido, e sobretudo a história que será.

Não perdiam a ocasião de denunciar as aberrações do passado. A Idade Média horrorizava: como os homens puderam ser tão estúpidos e por tanto tempo? Por que cismaram de conduzir a vida conforme critérios distintos da razão?

É que infelizmente a humanidade havia seguido, a certa altura, o caminho errado. Tudo tinha começado bem para dar errado em seguida. O mito da era de ouro foi retomado pelos racionalistas, reelaborado de uma forma erudita e integrado ao novo esquema histórico. Ele virou um instrumento muito eficaz de crítica social e do projeto que visava reinventar a História.

É verdade que os tempos primitivos — correspondente histórico da era de ouro — escapavam ao apelo. A Pré-História ainda não tinha

nascido. Mas a etnologia dava os primeiros passos. Ela acumulava já havia algum tempo informações pitorescas e significativas sobre a vida dos *selvagens* (com uma predileção inicial pelos ferozes americanos, preteridos mais tarde pelos nobres e belos polinésios). Bastava demonstrar, com o suporte das provas, que esses filhos da natureza de fato viviam numa espécie de idade de ouro prolongada, ou pelo menos conservavam alguns de seus vestígios

Alguns simplificaram o procedimento. Era possível inventar selvagens — e ainda selvagens perfeitos — sem deixar o próprio jardim; afinal, para que serve a razão? Método aplicado de modo bem-sucedido por Rousseau. Logo, o “bom selvagem” virou a companhia favorita do filósofo do século XVIII.

Alguns de seus vícios ou defeitos eram sem dúvida reprovados. Sua inclinação à carne humana despertava calafrios, embora Montaigne já tivesse advertido, num célebre ensaio de 1580, que as sociedades civilizadas padeciam de misérias piores que o canibalismo. A certos selvagens, imputava-se também, com hipocrisia, a promiscuidade sexual (o que, na verdade, foi um bom argumento: os europeus se expatriavam para tentar experiências inéditas nas florestas americanas, enquanto os integrantes da expedição Bougainville ficaram profundamente marcados pela reciclagem sexual no Taiti).

Mas tratavam-se de futilidades. Com ou sem canibalismo ou promiscuidade, o essencial estava além, no fato em que esses bem-aventurados não tinham nenhuma ideia dos malefícios ocasionados pela civilização. A desigualdade econômica, social e política era algo que desconheciam, assim como a hipocrisia e a mentira excretadas por uma sociedade doente. Os selvagens ensinavam aos civilizados, com doçura, uma primeira lição de comunismo. “O primeiro que, tendo cercado um terreno, se preocupou em dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o bastante para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, morticínios, misérias e horrores não teria

poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e que a terra não pertence a ninguém.”\*

Uma vez deixado para trás o terreno de uma sociedade primitiva e igualitária, a marcha da humanidade foi apenas uma longa sequência de aberrações. Os selvagens nos explicavam como proceder para recolocar nos trilhos a máquina descarrilhada da História, como re-integrar a idade de ouro, de preferência sem sacrificar certas aquisições apreciáveis da civilização.

Do *Discurso sobre a desigualdade*, chegamos assim ao *Contrato social* (1762). As duas obras de Rousseau formam um conjunto cuja coerência está longe de ser evidente ou indiscutível. O primeiro evoca uma história que não passa de permanente degeneração, após o desvio da comunidade primitiva. O segundo propõe uma reconstrução ideal da sociedade que não se insere explicitamente na História real. Pouco importa, de resto, a coerência de Rousseau, a articulação ou de-articulação de suas duas mensagens. A posteridade decidiu que são valiosas, que o *Contrato*, longe de ser um simples jogo mental, propõe uma metodologia apta a devolver à contemporaneidade a excelência e o brilho da era de ouro. Engels via em Rousseau um precursor direto e muito próximo de Marx. Se a civilização tinha se desenvolvido como negação do estado de natureza, o *Contrato* negava, por sua vez, a civilização vigente. Isso adicionava, na verdade, um aperitivo de marxismo (passando, é claro, por Hegel): “a negação da negação” germinava no projeto histórico do Século das Luzes.

É significativo que as variantes das sociedades comunistas imaginadas pelos utopistas do século XVIII supunham não uma marcha

---

\* Jean-Jacques Rousseau. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, 1755.



adiante, mas um recuo para trás. Em sua infância, o comunismo foi bucólico e naturalista. Ele só descobrirá mais tarde o argumento tecnológico.

Após a era de ouro que foi (e subsiste — mas por quanto tempo? — nas sociedades primitivas), temos direito a uma segunda era de ouro, mais aperfeiçoada e — esperemos — que não terá fim.

A essa altura, o mito da era de ouro se uniu ao projeto milenarista. Já conhecemos a metodologia da razão: rejeição aparente, mas, na prática, assimilação em benefício próprio. Resultado: um milenarismo laicizado e um novo culto: a divinização do futuro.

Graças à razão, o futuro fazia uma entrada triunfante na História: essa foi, provavelmente, a maior das invenções do século XVIII. Restava apenas identificar as vias de acesso: evolução gradual, seja lenta, seja acelerada, ou catástrofe (o fim de um mundo, substituído por um mundo melhor), e, é claro, para evocar diante de nossos olhos as maravilhas do futuro.

A esses fins, dois instrumentos indispensáveis: o mecanismo da História e a utopia.

## **O MECANISMO DA HISTÓRIA — VERSÃO DO SÉCULO XVIII**

---

Os racionalistas não visavam nem mais nem menos que o controle absoluto da História, na ausência do qual se corria o risco de se perderem na grande viagem rumo ao futuro. Tocada pelo espírito da razão, a História deveria renunciar às suas apalpadelas, aos seus desvios, às suas incertezas, para se tornar límpida e de um rigor quase matemático. Aparentemente anárquicos, seus episódios deveriam se conformar a um plano de conjunto, a certas regularidades, a leis, ainda por descobrir, mas que, esperava-se, fossem tão precisas, tão tirânicas, quanto as leis da natureza.

Dito de outro modo, a História esperava seu Newton. Não faltavam candidatos. A escola de Montesquieu já encontrara a chave do devir histórico na influência do meio natural, e mais especialmente do clima, sobre os destinos dos povos. Mas havia quem negasse qualquer papel ao clima e acentuasse as causas morais, sociais e políticas. Em seu ensaio “*Dos caracteres nacionais*”,\* o filósofo escocês David Hume contradiz Montesquieu ponto por ponto, para concluir que o clima seria responsável apenas pelos excessos do amor (o quente demais) e da bebida (o frio demais).

De resto, Montesquieu representava, de maneira um pouco contraditória, as duas escolas ao mesmo tempo. No *Espírito das leis* (1748), o clima domina (“o império do clima é o primeiro dos impérios”), mas ali encontramos também interpretações globais, como esta: “Várias coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras”. Nas *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua decadência* (1734), são as “máximas do governo” que determinam o processo histórico.

Clima ou máximas do governo? A disputa não tinha nada de abstrato, ela abrangia a História, mas ao mesmo tempo o presente e o futuro. A primazia do clima tinha por consequência lógica um certo fatalismo, a ideia de uma história que ultrapassava as forças do homem. Entretanto, a primazia concedida às “máximas do governo” justificava todo o programa das reformas e a possibilidade do progresso, de um progresso calculado e dirigido pela própria sociedade. “No século passado”, escrevia Hume, sobre seus compatriotas, “fomos fanáticos furiosos; hoje somos a nação mais fria e mais indiferente do mundo com relação à religião.” As máximas do governo haviam mudado, e com elas, os homens.

---

\* *Ensaio morais, políticos e literários, XXI (Of National Characters)*, 1748 (N. T.).

Isso contribui para explicar a predileção da maior parte dos historiadores do Século das Luzes por uma interpretação da História ancorada, por fim, sobre os eventos políticos e a ação das personalidades. No final das contas, os imperadores que fizeram e desfizeram o império romano (segundo Montesquieu e Gibbon). Luís XIV dominou uma época, enquanto cabe a Pedro, o Grande, o mérito de ter remodelado uma nação (Voltaire). Todos os recordes foram batidos por Hume, que avaliava (em seu *A História da Inglaterra*) como evento decisivo da história “a descoberta acidental de uma cópia dos *Pandectas*, de Justiniano, encontrada em 1130, na cidade de Amalfi, na Itália”! O historiador-filósofo considerava a descoberta supramencionada como ponto de partida do renascimento do direito civil, de um governo melhor e do progresso da liberdade. Sem esse detalhe, o mundo aparentemente seria outro.

A lição era clara: bastava uma boa reforma (e um pouco de sorte) para tirar uma sociedade do marasmo e colocá-la no caminho certo. Um programa político esclarecido pode transformar o mundo.

Infelizmente, havia soluções demais. A escolha era um problema praticamente insuperável. Mas pelo menos tinham decidido que a História — como a natureza, o universo ou o homem — era uma máquina que funcionava segundo certas regras precisas e, acima de tudo, bastante simples. Alguém saberá descobri-las... e aplicá-las.

É importante constatar que o conceito de mecanismo *objetivo* da história abria a via, paradoxalmente, a um subjetivismo histórico sob a máscara da objetividade; sobretudo, a um voluntarismo político que se mostrará destituído de limites e escrúpulos. Basta que um iluminado decida ter encontrado a chave certa para sentir-se no direito de contribuir ao saneamento da história por quaisquer meios. O determinismo militante resvala fatalmente em voluntarismo abusivo. Nenhuma descoberta — nem mesmo a energia atômica — foi tão carregada de ameaças quanto a descoberta (fictícia, aliás) do *mecanismo da história*.

Um matemático e filósofo — duas profissões que levavam justamente à “nova história” dos racionalistas — teve a impressão de ter descoberto seu funcionamento. Essa convicção lhe permitiu arrojarse na construção do futuro (terminando sua vida como vítima da máquina que pensava dominar tão bem). Em seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, escrito em 1793, o marquês de Condorcet (1743-1794) organizou a matéria inteira da história — passado, presente e futuro — ao longo de uma escada que compreendia dez degraus, dez etapas. Nove pertenciam ao passado, a décima começava com a proclamação da república francesa em 1792. Esse derradeiro ato da História se destacará por: 1) A destruição da desigualdade entre as nações; 2) Os progressos da igualdade num mesmo povo; 3) Enfim, o aperfeiçoamento do homem. Detalhes complementares: abolição da guerra e fraternidade dos povos; uma língua universal; prolongamento indefinido da expectativa de vida, subsequentemente ao desaparecimento das doenças; elevação intelectual e moral do homem. O novo mundo tendia à homogeneidade: indivíduos e nações seriam cada vez mais próximos e semelhantes.

Senhor de si mesmo, o homem saberá dobrar a natureza às suas exigências. Ele se mostrará capaz de transformar o ambiente e as condições climáticas. Nas últimas páginas de *Époques de la nature* (1778), Buffon (1707-1788) consagrava um verdadeiro hino à glória de uma humanidade na iminência de domar o meio natural, metamorfosear a natureza bruta em natureza cultivada. Ele propunha um jogo climatológico: plantando ou eliminando florestas, “o homem pode modificar as influências do clima em que habita e ajustá-lo, por assim dizer, à temperatura que lhe convenha”. A ideia de uma modificação premeditada, dirigida, do meio geográfico começava a sua rota. À nova história, um novo meio ambiente.



**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA  
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

**[www.faroeditorial.com.br](http://www.faroeditorial.com.br)**



CAMPANHA



Há um grande número de pessoas vivendo com HIV e hepatites virais que não se trata.

Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

**FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA  
EM ABRIL DE 2024